

Governo cancela processo de concessão de rodovias

Brasília - O Governo decidiu revogar os processos de licitações para concessão de sete trechos de rodovias federais, que somam 2,6 mil quilômetros. As licitações foram lançadas em 2000 e estavam suspensas desde abril de 2002, atendendo ao questionamento do Tribunal de Contas da União. Dos sete trechos, o Ministério dos Transportes já havia decidido interromper cinco licitações. Ontem, no Diário Oficial, o ministério oficializou a revogação de todos os processos.

Segundo o TCU, os editais dos processos originais apresentavam problemas. Foram revogados os editais de licitação da BR-153 (entre a divisa de Minas Gerais e São Paulo e a divisa de São Paulo com o Paraná), da BR-116 (de Curitiba à divisa de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul), da BR-393 (no estado do Rio de Janeiro), BR- 101 (divisa Espírito Santo/Rio, até a ponte Rio-Niterói), rodovia Fernão Dias (Belo Horizonte/ São Paulo), rodovia Régis Bittencourt (São Paulo/Curitiba) e o trecho das BR-376 (PR) e BR-101 (SC), entre Curitiba e Florianópolis.

ESTACA ZERO

Com a revogação, as licitações vão começar “da estaca zero”, segundo nota do ministério, com a correção dos problemas verificados pelo TCU. O tribunal considerou que, apesar de os trechos apresentarem características diferentes, os editais originais traziam para todos os trechos as mesmas taxas de veículos que buscam rotas alternativas para fugir dos pedágios de usuários que deixam de usar a estrada. Esses indicadores são usados para calcular a rentabilidade da concessão.

As taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que servem de base para a previsão de aumento de tráfego nas rodovias e a conseqüente rentabilidade das concessionárias, também foram consideradas baixas. O Ministério dos Transportes explicou ainda que será realizado novo estudo para levantar aspectos jurídicos, técnicos e ambientais, que servirá de base para a elaboração do modelo de edital.

Esse estudo deve ficar pronto em seis meses e a licitação só deverá ser lançada em 350 dias. No novo modelo, conforme informou a assessoria do ministério, as tarifas serão objeto de uma revisão periódica a cada quatro anos e a cobrança se dará por quilômetro rodado e não mais por praças de pedágio, como acontece hoje.

LICITAÇÃO DE PEDÁGIOS

BRASÍLIA - O Ministério dos Transportes revogou ontem processo de licitação para a concessão de sete lotes de rodovias federais. O governo cogitou retomar o processo de concessão de dois trechos este ano, mas optou por suspender em definitivo de sete lotes após constatar “discrepâncias nos editais”.

Entre os trechos que tiveram o processo revogado estão a BR-116, que liga São Paulo ao Sul do país, e a BR-101, entre a Ponte Rio-Niterói e Campos. A decisão do ministério teve por base um acórdão do Tribunal de

Contas da União (TCU), publicado em setembro, que determinava a revisão dos editais.

Uma das discrepâncias é o uso de mesma taxa para o cálculo das tarifas de pedágios em trechos distintos. Outra controvérsia encontrada pelo ministério foi a utilização do Produto Interno Bruto - usado como base para cálculo de reajuste das tarifas - menor do que o atual. A utilização da mesma taxa de fuga para todos os trechos é outro problema. A taxa é o percentual de veículos que deixam de trafegar na rodovia para não pagar o pedágio e que influencia no preço dos pedágios.

Com a revogação do processo, a equipe técnica do Ministério dos Transportes terá seis meses para realizar estudo que vai funcionar como base para o novo modelo do edital. Segundo o ministério, a reformulação do edital tem o objetivo de aumentar a competitividade.

Jornal do Brasil – 14/10

PEDÁGIO NA BR-101 E 116 SÓ SERÁ COBRADO DAQUI A UM ANO

Uma decisão do governo federal atrasa em pelo menos um ano a implantação de pedágio no trecho norte da BR-101 e na BR-116. A revogação dos processos licitatórios, que abrangem sete lotes em seis Estados brasileiros, foi oficializada nesta segunda, dia 13, no Diário Oficial.

As licitações foram lançadas em 2000 e estavam suspensas atendendo questionamento do Tribunal de Contas da União (TCU). O TCU considerou que os editais originais traziam para todos os trechos - que têm características diferentes - as mesmas taxas de veículos que buscam rotas alternativas para fugir dos pedágios e de usuários que deixam de usar esta estrada.

O Ministério dos Transportes explicou que será realizado um novo estudo para levantar aspectos jurídicos, técnicos e ambientais que servirá de base para a elaboração de um novo modelo de edital para a licitação.

O estudo deve ficar pronto em seis meses e a licitação só deverá ser lançada em um ano. Conforme o novo modelo, as tarifas serão revistas a cada quatro anos e as cobranças serão feitas por quilômetro rodado e não mais por praças de pedágio, como acontece hoje.

As informações são do Diário Catarinense.

(RBS – 14/10)

TCU aponta prejuízo em compras

Ana Maria Campos

Da equipe do Correio

O Tribunal de Contas da União (TCU) constatou irregularidades nas compras de medicamentos promovidas pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal entre 2000 e 2002, que teriam causado um prejuízo de R\$ 1,4 milhão aos cofres públicos. Em sessão realizada na semana passada, os ministros determinaram a abertura de Tomada de Contas Especial para apurar os responsáveis pelos danos levantados.

Na decisão, relatada pelo ministro Adylson Motta, o TCU também determinou ao Departamento de Auditoria do Sistema Único de Saúde (Denasus), do Ministério da Saúde, que faça rigorosa análise dos processos sobre compra de medicamentos nos últimos três anos. O órgão deverá avaliar as transações, sem licitação, feitas pela Secretaria de Saúde com valores superiores a R\$ 100 mil.

Os ministros também decidiram recomendar à secretaria mais transparência nos gastos públicos. O TCU quer que os sistemas eletrônicos de dados da pasta sejam alimentados com todas as informações sobre licitações e dispensas, como cópia de documentos que embasaram os procedimentos. O intuito é que o acompanhamento dos atos administrativos reduza o descontrole de gastos.

Aberta em 2002 a pedido do Conselho Regional de Farmácia, a auditoria do TCU apontou um “aumento significativo” dos casos de compras diretas de medicamentos. “A cada exercício financeiro, a regra, que é a licitação, deu lugar à exceção, nas modalidades de dispensa e inexigibilidade de licitações”, diz o relatório final da auditoria, anexado ao voto do ministro Adylson Motta.

De acordo com os dados levantados, em 2000 a Secretaria de Saúde gastou R\$ 16,2 milhões sem licitação. Esse número pulou para R\$ 56,8 milhões em 2001 e chegou a R\$ 82,3 milhões no ano passado. Em 2002, as despesas com compras diretas superaram as realizadas por meio de pregão, convite, tomadas de preço ou concorrência pública. Nesses casos, previstos na lei para permitir a disputa entre fornecedores, o gasto foi de R\$ 55 milhões.

FAVORECIMENTO

Um dos problemas citados pelo TCU foi a compra com “vale medicamentos” — contrato em que a secretaria de Saúde se comprometia a pagar no futuro por medicamentos e produtos hospitalares. Também há, segundo o relatório da auditoria, suspeitas de favorecimento a fornecedores. “Há fortes indícios de que as aquisições de medicamentos por inexigibilidade de licitação podem ter sido efetuadas de forma antieconômica e direcionadas a determinados fornecedores”, ressaltou ministro-relator. Durante a investigação, auditores constataram que havia no mercado medicamentos similares ou genéricos a preços mais baixos que os adquiridos sem licitação pela secretaria de Saúde. Segundo o relatório, a secretaria não deu justificativas para escolha da opção mais cara. O relatório também concluiu que a secretaria não buscou descontos e pagou mais que outros órgãos públicos.

O TCU apontou indícios de envolvimento de 14 servidores nas irregularidades constatadas, entre os quais os ex-secretários de Saúde, Paulo Kalume, Jofran Frejat e Aluísio Franca. Todos deverão ser ouvidos para que apresentem justificativas para escolha de fornecedoras e medicamentos e para as dispensas de licitações. O atual secretário, Arnaldo Bernardino, não foi citado pelo relatório da auditoria.

O ex-secretário Jofran Frejat, que ocupou o cargo por quatro vezes nos quatro mandatos do governador Joaquim Roriz, defende-se das acusações. Ele ainda não foi notificado para comparecer ao TCU, mas garante que as licitações foram feitas dentro da lei. “Se havia demora em uma licitação, não tínhamos outra saída senão dispensá-la. Fizemos isso em casos de emergência”, explicou.